

Família nuclear patriarcal: breves notas sobre a (re)construção da teoria social e os estudos feministas

Lais Regina Kruczeveski*
Silvana Aparecida Mariano**

Resumo: Os estudos sobre família e parentesco desde cedo estiveram presentes nas teorias sociais. No caso das teorias sociológicas, no Ocidente e no Brasil, um campo hegemônico por certo período do século XX foi aquele que cunhou a noção de família nuclear. Durante algumas décadas, especialmente na primeira metade do século XX, produziu-se teoricamente a imagem de um modelo universal de família, correspondente à organização nuclear patriarcal. As pesquisas desenvolvidas a partir das críticas e das teorias feministas contribuíram para reposicionar os estudos sobre família, lançando luz às experiências diversificadas e multifacetadas. O resultado tem sido o declínio da capacidade explicativa das teorias comprometidas com a defesa da família nuclear patriarcal. A (re)construção dos estudos sobre família também pode ser apreendida a partir de estudiosos/as brasileiros/as e latinoamericanos/as, em diálogo com a literatura internacional, a exemplo do que ensaiamos neste trabalho.

Palavras-chave: família nuclear patriarcal; relação afetivo-sexual e social; estudos brasileiros.

O objetivo do presente artigo é refletir sobre os estudos acerca da família no pensamento social brasileiro e na teoria social. Serão tratadas as reformulações mais recentes na agenda de investigações sobre arranjos familiares, na perspectiva das Ciências Sociais.

Elizabeth Jelin (2010), na introdução de seu livro *Pan y afectos*, considera que a família na sua forma básica é uma instituição que está ligada à sexualidade e à procriação e que a convivência sob o mesmo teto também se faz presente. Em outras sociedades de diferentes épocas, analisadas por antropólogos/as, encontraram-se diferentes modos de organização, distintos dos existentes hoje na sociedade ocidental. No entanto, essas formas de organização aproximam-se do conceito de família da sociedade contemporânea no que se refere ao fato de que todas elas buscaram ou buscam formas de organizar a convivência, a sexualidade e a procriação. Porém, Jelin (2010, p. 22) afirma que, nos tempos modernos,

* Graduanda do curso de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: lais_kruczeveski@hotmail.com.

** Doutora em Sociologia. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: silvanamariano@yahoo.com.br

Vivimos en un mundo donde se ha ido imponiendo un modelo de familia nuclear y neolocal [...], donde la sexualidad, la procreación y la convivencia coinciden en el espacio privado de un hogar conformado en el momento de la unión matrimonial (JELIN, 2010, p. 22).

Segundo a autora, este modelo foi construído na história da sociedade ocidental e defendido como forma natural de organização. A moral cristã, principalmente a construída na Igreja Católica, reforça o papel da família conjugal heterossexual como modelo natural e esta visão é reforçada pela imagem e função da sagrada família.

De acordo com Foucault (2012), houve um período de crepúsculo da sexualidade até o período da burguesia vitoriana. Nesse momento, a sexualidade foi encerrada, sendo legítima somente no quarto dos cônjuges. O sexo assumiu a função exclusiva de reprodução e as práticas sexuais às margens da família tornaram-se ilícitas e perversas. As crianças foram proibidas de falar sobre o sexo e de expressar sua sexualidade. As supostas abominações deveriam se expressar em outros lugares, longe dos olhos de todos, às escuras da sociedade. Mas, Foucault se pergunta se esta repressão realmente existiu e ele acredita que na verdade foram criados modos de se falar do sexo, como a linguagem da ciência e da medicina (FOUCAULT, 2012, p. 5).

Para Foucault (2012), a sociedade moderna criou dispositivos da sexualidade, ou seja, os meios controladores e normativos. Com isto, o sexo seria regulado e, assim, seria possível o controle do Estado sobre a população. O sexo era regulado por meio de discursos, e não pela sua proibição. Por isso, o Estado e as instituições políticas davam ênfase à organização familiar e assim poderiam manter estáveis, ou o máximo possível, o controle sobre taxas de natalidade, esperança de vida, fecundidade, taxa de casamento e assim por diante. “Diz-se, frequentemente, que a sociedade moderna tentou reduzir a sexualidade ao casal – ao casal heterossexual e, se possível legítimo. [...] Assim é a família, ou melhor, assim são as pessoas da casa, os pais, os filhos e em certos casos, os serviçais” (FOUCAULT, 2012, p. 53). Este processo histórico de invenção da sexualidade normativa é parte do entendimento de como modelo de família nuclear tornou-se referência nas relações afetivo-sexual e social.

No contexto colonial brasileiro dos séculos XVIII e XIX, temos os estudos de Freyre (1992), *Casa grande e senzala*, que retrataram o país com os olhos de uma sociedade que nascia baseada na família extensa patriarcal, dominada pelo *pater familias*, composta de esposa, filhos, serviçais e outros subordinados. Assim se moldava

o sistema socioeconômico do período. Porém, é importante ressaltar que os estudos tanto que Freyre (1963) quanto de Candido (1973) foram amplamente criticados por pesquisadores mais recentes. Algumas dessas críticas referem-se ao caráter regional de suas pesquisas e ao mesmo tempo a generalização do termo patriarcal, o que trataremos mais adiante.

Segundo Gilberto Freyre (1963, p. 83), “a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado, nem nenhuma companhia de comércio, é, desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil [...]”. De acordo com Freyre (1963, p. 89),

A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à-toa mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros. Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial.

Para Freyre (1963), o pertencimento a uma família fazia parte do bem estar das pessoas que viviam nesse período, inclusive da população negra que habitava a Casa Grande. A família era extensa, pois fazia parte o colono, como chefe da família, no topo da pirâmide, com esposa dependente e filhos, e, ainda fazia parte a ama de leite, os agregados, os serviçais, alguns amigos e escravos. Em relação à vida familiar dos escravos, “atribuem alguns cronistas [...] grande importância à prostituição das negras; mas das negras e mulatas exploradas pelos brancos [...] mas, admita uma exceção ou outra, não foram senhoras de família” (FREYRE, 1963. p. 48), ou seja, dessas uniões entre senhores brancos e escravas negras eram gerados filhos bastardos mulatos. Ao patriarca cabia o cuidado com os negócios públicos e com a honra da família¹.

É interessante observar que mesmo Freyre, que trata a família patriarcal brasileira no período colonial, percebe a mudança desse formato de casa grande a senzala para sobrados e mucambos, um pouco mais tarde. Ele diz que:

Com a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, o patriarcado rural que se consolidava nas casas-grandes de engenho e de fazenda [...] começou a perder a majestade dos tempos coloniais (FREYRE, 2003, p. 105).

¹ É importante ressaltar que Gilberto Freyre tem uma abordagem acrítica em relação às desigualdades de gênero no interior da família, além de outros problemas que serão citados mais à frente.

O que significa que nesta obra ele retrata o declínio do patriarcado rural, principalmente no Pernambuco e na Bahia, onde os engenhos de cana eram predominantes, mas ele não afirma o fim em absoluto desse sistema. Ele diz que a mulher europeia, principalmente a portuguesa, que veio colonizar o Brasil, tinha espaço reconhecido no ambiente doméstico. Freyre afirma que de região em região os padrões da cultura portuguesa eram moldados de diferentes modos. Segundo Freyre (2003), com as mudanças dos patriarcas para os sobrados, a presença da mulher no espaço da rua era restrita pelos maridos que eram responsáveis pela vida política, ou seja, pelo âmbito público.

Um pouco mais à frente, Candido (1973) cita que a família patriarcal tornou-se referência de relação afetivo-sexual na sociedade brasileira no período colonial mais progressista. Candido (1973, p. 229) considerou que “a expressão ‘família caipira’ indica uma modalidade de organização familiar que entronca diretamente o tipo chamado *patriarcal*, desenvolvido no Brasil no tempo da Colônia”. Este formato de família, com grandes latifúndios, foi de grande importância durante este período, principalmente por parte dos colonos. Com isto, fez-se possível a utilização desse formato patriarcal para lidar com as relações pessoais dentro da propriedade familiar (CANDIDO, 1973).

E, assim como Freyre, depois de retornar ao local de pesquisa em São Paulo, na região do Rio Bonito, o autor concluiu que a família caipira, no passado, assim como no presente, não pode ser vista como uma estrutura estática. Ela passou constantemente por processos de sobrevivência. Com o avanço da urbanização, mudanças foram acontecendo no entorno familiar e essa família caipira precisou adaptar-se às mudanças para procurar melhores condições de vida. Para isso, o indivíduo precisou afastar-se dos laços familiares mais amplos e se concentrar como unidade social menor, separando-se dos laços rústicos caipiras. Seu estudo demonstrou que este processo deu origem assim à família nuclear patriarcal, ou seja, essa família patriarcal se tornou nuclear (CANDIDO, 1973).

Em estudos posteriores, pesquisadores/as como Mariza Corrêa (1993) tiveram acesso a outros dados que na época de Freyre e Candido não eram considerados fontes históricas, e hoje o são. Esses novos dados, juntamente com o material já elaborado, foram reelaborados, reavaliados com o suprimento de uma interpretação diferente, a

partir de estudos culturais mais recentes. Segundo Rodrigues Alves Roosenberg (2009, p. 6),

[...] As investigações dessas autoras enfraqueceram as convicções de diversos historiadores, antropólogos e sociólogos que consideravam a família brasileira unicamente patriarcal. Na verdade, este modelo, até então, era considerado mais do que primordial. Ignoravam-se outras possíveis estruturas familiares que se organizaram em função do tempo, do espaço ou de algumas características sociais. Estes estudos e pesquisas, iniciados a partir de meados dos anos 80, demonstraram existir outras configurações familiares que coexistiram com, ou mesmo predominaram sobre o modelo patriarcal. A descrição da família patriarcal latifundiária de Freyre (1951, 1973), portanto, não deve ser considerada como a única representação plausível para a família brasileira ao longo de sua história. Segundo Samara (2002), a descrição das famílias extensas do tipo patriarcal de Freyre foi predominante nas áreas de lavoura canavieira nordestinas, sendo inapropriadamente utilizada para as demais regiões, sem levar em conta etnias, temporalidades, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população.

Portanto, a partir de novas fontes de dados, Corrêa (1993) realizou um estudo para desmitificar essa construção familiar como única no Brasil. Ela ressalta que estes estudos reduziram a família patriarcal como se fosse a única. No texto “repensando a família patriarcal brasileira” ela trabalhou a ideia de que outros modelos de organização afetivo-sexual também existiam nesse mesmo período (século XIX e XX) estudado pelos autores acima referidos (FREYRE, 1963. CANDIDO, 1973).

Vidal e Souza e Botelho (2001), a partir de uma revisão bibliográfica, também lançam crítica aos primeiros estudos feitos sobre a família brasileira. Essa crítica refere-se ao modelo patriarcal tido como genérico e fixo da família colonial, a também por serem considerados estudos “clássicos” da literatura.

Os textos que revisam a história da família no Brasil colocam na categoria de clássicos fundadores Gilberto Freyre (com *Casa grande & senzala*, de 1933), Oliveira Viana (com *Populações meridionais do Brasil*, de 1920), Antonio Candido (“*The Brazilian Family*”, de 1951) e – menos lembrado – Sérgio Buarque de Holanda (com *Raízes do Brasil*, de 1936). As idéias de Freyre são reconhecidas como decisivas na configuração do modelo patriarcal da família brasileira. O reposicionamento das pesquisas contemporâneas faz-se em oposição ao retrato da família patriarcal destacado por esses textos prestigiados (VIDAL E SOUZA; BOTELHO, 2001, p. 445).

A partir desta concepção, o que se têm, então, é a família patriarcal consagrada como única e fixa família brasileira do período. Porém, estes formatos de família se

deram nas regiões de engenho e produção de cana e café, mas foram postas como homogêneas no contexto nacional, mesmo existindo uma pluralidade de formatos familiares.

Na sociedade atual, a hegemonia da família nuclear tradicional já está dissipada, por diversos fatores, e visibilidade sobre a formação de famílias monoparentais é um exemplo disso. Mulheres saem para trabalhar, muitas delas são chefes de família, essas mulheres buscam uma igualdade de direitos e responsabilidades, tanto na esfera pública quanto privada. Para compreender este processo, Jelin (2010) trabalha com a perspectiva da relação de gênero, pois só assim é possível abordar a temática a partir das transformações que vem ocorrendo no interior da sociedade, da família e dos papéis sociais.

Para Jelin (2010), as transformações sociais nos três últimos séculos, principalmente na América Latina, abrangem um emergente processo de individualização, mas este processo não extinguiu as determinações sociais ou culturais das opções individuais que acabam fazendo parte da organização da vida social. Uma dessas transformações que aconteceram nos séculos XIX e XX foi o surgimento do amor romântico, ou seja, os casamentos não acontecem mais, de forma predominante, pela eleição do par pela família, mas sim pelo amor entre os cônjuges. Mas, com isto, os rituais matrimoniais e familiares passaram a ser parte central da vida de cada pessoa. Esta se tornou sua identidade social.

A su vez, estas transformaciones provocan reacciones opuestas, que se aferran a *una* definición única de familia, anclada en el “derecho natural” (contando con la Iglesia católica entre los defensores más poderosos de estas ideologías), y que expresan el temor a que esta individuación y el reconocimiento de los propios sentimientos produzcan un resquebrajamiento del matrimonio y la familia convencional sancionados por la tradición y la religión (JELIN, 2010, p. 34-35).

Esta família, de característica patriarcal nuclear, tem como marca a superioridade hierárquica do pai de família que se posiciona no topo da pirâmide, seguido pela esposa e filhos que lhes devem obediência. Nesta formação familiar, “el rol principal de la mujer es atender – en todos los sentidos del término (doméstico, sexual, afectivo) – a las necesidades del marido” (JELIN, 2010, p. 36). Mitchell (2006) cita que esta inferioridade da mulher diante do homem não é somente física, é também

ligada ao seu papel de reprodução. E isto, segundo ela, faz com que as mulheres sejam postas como produtoras de filhos. Elas os gera, os cria, os alimenta, dentro da casa. E por essas funções serem atribuídas à mulher como seu papel social, acaba sendo visto como algo natural, com uma vocação.

Para Jelin (2010), com as transformações em curso na sociedade, o processo de individualização pelo trabalho tem produzido sérias modificações na autoridade patriarcal e também com a utilização dos métodos contraceptivos, citados por Mitchell (2010), que tornou possível a separação entre sexo e reprodução. Isto acontece porque a renda do único provedor econômico (pai) não atende todas as demandas da família, e, com isto, os filhos mais velhos e também as mulheres saem do espaço privado e se inserem no mercado de trabalho em maior número. Porém, mesmo com a mulher saindo para o espaço público, ela não se tornou totalmente livre do domínio do homem. Jelin (2010) cita que no século XX, na América Latina, boa parte das mulheres jovens que trabalhava fora fazia serviço doméstico, porém em outras casas, ou seja, continuavam no “sector donde la subordinación y la falta de libertad son altas” (JELIN, 2010, p. 38).

Com base nas análises feitas por Jelin (2010), é possível compreender as transformações ocorridas no âmbito doméstico em relação ao aumento de outros formatos de família, de modo que os traços da família nuclear patriarcal não podem ser únicos observados na realidade social. Assim, a discussão sobre a monoparentalidade feminina coloca em destaque a contradição da família nuclear patriarcal na realidade da América Latina. Jelin (2010) cita que o processo de individualização também se refletiu no reconhecimento de interesses e direitos próprios da mulher diante do homem como chefe de família.

Los cuestionamientos a la dinámica de división sexual del trabajo y los enfrentamientos ligados al empoderamiento de las mujeres son fenómenos que datan de la segunda mitad del siglo XX, e incluyen el surgimiento del movimiento de mujeres y del feminismo (JELIN, 2010, p. 41).

A discussão feita por Jelin (2010) mostra que com o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho produziram-se conflitos na dinâmica doméstica entre os gêneros. Ela considera que a família nuclear patriarcal começou a se quebrar a partir do momento em que a base material de subsistência não era mais a terra e a

hereditariedade, pois no novo espaço de trabalho o que se leva em consideração é o indivíduo e não mais a família.

Com isso, é possível perceber que diferentes formatos de famílias sempre foram presentes no Brasil e no mundo. Cada região possui suas características, de acordo com o modo de vivência econômica, social e cultural. O modo como esses estudos foram tratados deu a ideia de modelo único de família no Brasil, mas esta conclusão foi se desmanchando através de estudos mais recentes que ainda são realizados no contexto brasileiro atual.

Referências bibliográficas

- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- CORRÊA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil". In: CORRÊA, M. (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1963.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2003.
- FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade*, vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- JELIN, Elizabeth. *Pan y afectos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- MITCHELL, Kate. *Política sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1969.
- ROSENBERG, Rodrigues Alves. Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações. *Seminário de Pesquisa da Pós-graduação em História UFG/UCG*. Setembro, 2009. Disponível em: <http://pos-historia.historia.ufg.br/uploads/113/original_IISPHist09_RoosembergAlves.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2013.
- VIDAL E SOUZA, Clarice. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 9. N. 2. Florianópolis, 2001, p 414-432. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8633.pdf>>.